

Pontos de Resistência à precarização do ensino médio integrado no Projeto Político Pedagógico do IFRN do ano de 2012

Adelmo Torquato da Silva ¹
Adriano Dantas da Fonseca ²
Acacia Zeneida Kuenzer ³

RESUMO

A hegemonia liberal na esfera educacional desenvolveu seu processo de consolidação no Brasil na década de 1990. Nessa perspectiva, o estudo apresenta através da análise do Documento-Base do Projeto Político Pedagógico de 2012 (PPP) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), com ênfase no ensino médio integrado ao ensino profissional, os pontos de resistência à flexibilização dessa etapa do ensino, propostas pela corrente neoliberal no período de discussão e aprovação da LDB de 1996, a Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e as suas consequências nos anos seguintes a esse documento, especificamente, de 2017 a 2022. Mostrou-se os conceitos da temática, a influência na educação brasileira através da análise do PPP (2012) do IFRN e os pontos de resistência à precarização do ensino médio integrado, a partir das diretrizes encontradas no documento comparando-o com o as determinações da seara neoliberal. Desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa, através de um levantamento documental. Na fase da análise e tratamento de dados foi empregada a análise documental. Os resultados apontam o PPP (2012) do IFRN e o Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio como uma trincheira construída que sinaliza contra a então debatida reforma do Ensino Médio. Percebeu-se no PPP (2012) pesquisado o compromisso com a politecnicidade, a inclusão, transformação de vida dos filhos da classe trabalhadora, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dentro da proposta da educação humana integral. No seu desenvolvimento descobriu-se os entrelaçamentos de políticas em direção ao acesso, permanência e êxito dos educandos, com oferecimento de condições que superem dificuldades econômicas, físicas e mentais para o êxito escolar e entendeu-se a necessidade de que novas trincheiras precisam ser erguidas em confronto às determinações neoliberais como a necessidade de pesquisas que abordem a temática além da análise documental.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Ensino Médio, Projeto Político Pedagógico, Resistência, IFRN.

¹ Doutorando em Educação Profissional do Instituto Federal do RN - IFRN, adelmo2005@gmail.com;

² Graduado pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do RN - UFRN, adriano.dantas@ifrn.edu.br;

³ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, acaciak4@gmail.com.

1 Introdução

A hegemonia liberal, com suas bandeiras de rigidez fiscal, desregulamentação dos mercados, flexibilização das relações de trabalho, privatizações de estatais e serviços públicos, desenvolveu seu processo em direção a sua consolidação na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil na década de 1990. Antes dessa década, governos já vinham aplicando a sua cartilha, em menor ou maior grau, pela Europa e nas Américas, tendo o Chile como eficiente laboratório do liberalismo econômico, pois em relação às liberdades de opinião, voto e de representação política, não existiu, tendo a Ditadura do General Pinochet, uma das mais repressoras e sangrentas das décadas de chumbo na América Latina (1960 a 1990).

[...] a democracia em si mesma jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia podiam facilmente tornar-se incompatíveis, **se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade** (HAYEK, *apud* ANDERSON, 1995, p. 5, grifos nossos).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 criou a esperança de avanços progressistas na sociedade brasileira, com previsibilidade de financiamento público e valorização das carreiras da Educação:

Pela primeira vez, se incluía a educação, em todos os seus níveis, em uma Constituição, a Constituição Federal de 1988, definindo-se a vinculação de recursos públicos, a valorização dos profissionais da educação, a progressiva universalização do Ensino Médio gratuito e o estabelecimento de Plano Nacional de Educação (PNE), com duração plurianual. Assegurava-se, pela primeira vez, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (...) (Krawczyk, 2022, p. 14).

Entretanto, frustradas pelas reformas constitucionais realizadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que levaram à quebra de monopólios estatais, como nas áreas de telecomunicações, energia e petróleo, seguindo-se de programas de privatizações massivas das estatais brasileiras, em todas as esferas da federação, seja no âmbito federal, municipal e estadual⁴ e a reforma administrativa, aliadas ao enfraquecimento dos sindicatos e fragmentação da luta dos trabalhadores. Esse período foi marcado por forte terceirização nas empresas privadas e no Estado, com redução substancial da remuneração e benefícios dos trabalhadores atingidos.

⁴ É o modelo de acumulação flexível que se caracteriza pela abertura econômica ao investimento do capital internacional com menor proteção aos mercados nacionais e tem como objetivos específicos: reforma tributária desonerante da produção, liberalização financeira, ênfase no investimento do capital estrangeiro, privatização em massa, desregularão, e aprovação/reconhecimento da lei das patentes. Vide Fonseca: 2003, p. 7.

Essa forma de pensar e agir, naturalizadas pelo pensamento neoliberal influenciaram o engajamento pró reformas educacionais, com discurso da ineficiência da educação pública, que já não era prioridade dos governos anteriores e continuou a não ser nesse governo, com financiamento inferior ao necessário tanto nos gastos como nos investimentos das escolas.

Não foi por acaso que o governo de Fernando Henrique Cardoso definiu a LDB como a Lei do possível, que fortaleceu a tendência de **atrelar o desenvolvimento da educação básica aos recursos financeiros disponíveis nos esquemas orçamentários convencionais e, assim, ser flexível o suficiente para se adequar às diferentes situações da educação nacional e aos interesses de diversas frações burguesas** (Krawczyk, 2022, p. 15, grifos nossos).

Após a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) em 2002 (2003-2010) reacenderam as esperanças por uma gestão progressista, que estancasse as privatizações e o prosseguimento de outras reformas conservadoras. Esse governo e o próximo (da Presidente Dilma Rousseff) diminuíram as privatizações, aumentaram a participação do Estado na economia, a quantidade de servidores públicos, fortaleceram algumas carreiras e proporcionaram reajuste a maioria delas durante essas gestões. Mas foram marcadas por contradições, como, por exemplo, a Reforma da Previdência dos Servidores Públicos em 2003, acabando com a aposentadoria que acompanhava os vencimentos de quem estava na ativa para os novos servidores contratados a partir de 2004 e proporcionaram a criação de fundos de previdência privada para esses trabalhadores.

Com o impeachment da Presidente Dilma, os próximos governos foram de imenso retrocesso (Michel Temer, de 2016 a 2018 e Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022), com as reformas previdenciária e trabalhista, tendo essa última promovido expressiva flexibilização das relações de trabalho e aumento das privatizações.

Em relação a Educação, travou-se disputas entre progressistas e conservadores para definir as políticas públicas de educação com a redemocratização, mas a partir da década de 1990, o neoliberalismo ganhou força como pensamento hegemônico, desencadeando uma série de reformas na política de educação e abrindo espaço para atuação de empresas e instituições privadas, mesmo durante os governos progressistas de Lula e Dilma, apesar de discussões sobre o ensino politécnico⁵ e a formação humana integral no ensino médio.

⁵ Segundo Kuenzer (2023), o conhecimento se constrói na prática sustentada pela teoria, como seu princípio básico. como afirmava Nadejda Krupskaja (1898 a 1924), domínio intelectual da técnica: articulação entre o conhecimento já produzido e a prática social para ressignificá-lo. Isso significa nunca abrir mão dos fundamentos

³ A instituição conta com 21 *Campi* espalhados por todas as microrregiões do Estado do Rio Grande do Norte, onde são oferecidos 109 cursos nas áreas de Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social;

Sem dúvida, a proposta de um Ensino Médio Integrado foi o carro chefe da política educacional profissional do governo federal na época, que contou com os dispositivos legais necessários para sua implementação, muito fortalecida pela política de expansão da Rede Federal de Educação profissional/técnica, ainda que tenha se mantido a possibilidade de formação profissional subsequente, resultado de demandas do empresariado nos anos 1990 (Krawczyk, 2022, p. 15, Apud ZIBAS, 2007).

É sobre esse contexto que foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Essa lei:

criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir da transformação das Escolas Técnicas Federais em Institutos Federais. Além dos 38 Institutos Federais a rede é composta por 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), 25 escolas vinculadas às Universidades, o Colégio Pedro II (RJ) e uma Universidade Tecnológica (PR) (Krawczyk, 2022, p. 15, Apud Brasil 2008).

É no âmbito do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)³ que tem a proposta de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia, com a formação humana integral, comprometida com a emancipação dos sujeitos e com a justiça social, que pretende-se demonstrar nesta pesquisa, através da análise do Documento-Base do Projeto Político Pedagógico de 2012 (PPP), com ênfase no ensino médio integrado ao ensino profissional, os pontos de resistência à flexibilização⁶ dessa etapa do ensino, propostas pela corrente neoliberal durante o período de discussão e aprovação da LDB de 1996 a Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as suas consequências nos anos seguintes em relação a esse documento (2017 a 2022).

A partir destas concepções iniciais, se faz *mister* apresentar o referencial teórico a seguir com vistas a subsidiar a análise conceitual e as nuances do neoliberalismo que nortearam as análises propostas neste trabalho, assim como suas implicações no âmbito educacional e o cenário dos governos dos anos de 1996 a 2022.

2 Referencial Teórico

Para embasamento teórico deste artigo é necessário apresentar conceitos do neoliberalismo, assim como seu avanço no mundo. Ele nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma

Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Produção Industrial, Recursos Naturais, com aproximadamente 28 mil alunos matriculados (IFRN, 2023).teóricos, mas não trabalhá-los de forma isolada do movimento do real. Os sujeitos só constrói os seus significados apropriando-se da teoria na ação: sem ação na relação com o conhecimento não há aprendizagem.

⁴ A base teórica é a epistemologia da prática, que tem como fundamento a reflexão sobre a prática, (...) no esforço de compreendê-las e sistematizá-las, mas sempre a partir delas mesmas (Kuenzer, 2017).

reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Inserido no contexto do capitalismo avançado. Fundamenta-se no Estado mínimo na área social e econômica focado numa disciplina orçamentária voltada para a contenção dos gastos com bem-estar social. (ANDERSON, 1995).

Consoante Anderson (1995), o neoliberalismo pode ser compreendido como uma doutrina econômica que preconiza a restrição à intervenção estatal na economia e o fundamentalismo de livre-mercado. Retoma a clássica metáfora liberal de Adam Smith de que a "mão invisível" conduziria o capitalismo ao equilíbrio econômico. Bastaria, para isso, o controle inflacionário e do déficit público, segundo os neoliberais da Escola de Chicago.

É *mister* ressaltar que o neoliberalismo se opõe diretamente ao Keynesianismo que apontava para a atuação direta do Estado na economia e que essa ação deveria preocupar-se com a geração do estado de bem-estar social, enquanto, o estado neoliberal direcionava para o Estado mínimo sendo um novo momento para reprodução capitalista.

O advento do neoliberalismo provocou mudanças no mundo e consoante Anderson (1995), os ideais neoliberais haviam sempre incluído o anticomunismo como componente mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. A ideia do novo combate contra o império do mal – a servidão humana mais completa aos olhos de Hayek – inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte. Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos implacável da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado.

Anderson (1995, p. 14) aponta “a força com que as ideias neoliberais se firmaram, a força ideológica desta doutrina, dizendo que no início somente os governos explicitamente de direita aderiram e depois, tanto os governos de orientação política à esquerda, quanto os social-democratas capitularam ao neoliberalismo”. Assim, o neoliberalismo se fortaleceu provocando mudanças no mundo nas mais variadas vertentes e ideologias.

Nesse processo de consolidação, nesse mesmo período dos anos 80, o neoliberalismo avançava também em outros países da América Latina, como: Panamá, Nicarágua, Colômbia, Guatemala, Honduras e Paraguai. Contudo, o êxito da política neoliberal na região praticamente se limitou à redução dos índices de inflação e deu continuidade à lógica desse modelo político e econômico no sentido de direcionar os imensos lucros para grupos restritos (VITULLO, 2011).

Nesse panorama das mudanças provocadas pelo neoliberalismo, para alguns pensadores, ele não atingiu plenamente seus objetivos quando no auge dos governos ditos de esquerda, não ocorreu o crescimento econômico e se configurou uma reconcentração de riqueza fragilizando o impulso democrático, sendo ilusória a ideia de que a política neoliberal tenha por finalidade impulsionar o social, visto que o mercado dita as regras.

No cenário Brasileiro, o neoliberalismo surge a partir de 1990 com o governo de Fernando Collor de Melo, especificamente, entre os anos de 1990-1992, apresentando propostas neoliberais que apontavam para privatizações das estatais, redução do Estado, supervalorização do mercado e da empresa privada, abertura ao capital estrangeiro, enfraquecimento das relações de trabalho, conforme aponta o cientista político Gabriel E. Vitullo (2011). Após o processo de impeachment contra Collor é retomado com intensidade no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que promoveu o avanço de medidas privatizadoras e desregulamentadoras (VITULLO, 2011).

O período de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) é marcado pelo avanço do neoliberalismo no Brasil. O governo de FHC lançou o Programa Brasil em ação cuja proposta se direcionava ao desenvolvimento de um Estado neoliberal: parceria com a iniciativa privada, redução de custos e aumento da competitividade (BRASIL, 1996).

Nos anos de (2003-2006/2007-2010), Luiz Inácio Lula da Silva, considerado um governo historicamente ligado à esquerda, chega à presidência com um discurso anti-neoliberal, todavia, não deixaram de existir políticas neoliberais como: as Parcerias Público Privadas (PPP's), embora alguns defensores dissessem que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) rompia com o sistema capital-imperialista dos anos anteriores.

O governo Lula (2003-2010) se diferencia dos seus antecessores pela forma de gerir a política social e no modo de lidar com os graves problemas sociais enfrentados pelos setores populares do país (VITULLO, 2011). Sendo necessário frisar que o pensamento ideológico se movimentou, direcionando para uma agenda da esquerda, embora saiba-se que a direita manteve seus privilégios.

A Educação no Brasil, no contexto do avanço do neoliberalismo, nos anos de 1995 a 2022, sobretudo, no governo FHC, percebe-se uma coesão em relação ao projeto educacional do país: sutis avanços no campo da educação com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 e ainda a lei nº 9.131/95 que incluiu novas atribuições ao Conselho Nacional de Educação. Todavia, não houve significativa redução da desigualdade social, mesmo com

ampliação da oferta de ensino, visto que não se priorizou a qualidade. Mais uma vez, a educação do país ficou em plano secundário, conforme se esperava do Estado neoliberal.

Nesse contexto, a ideia de cidadania aparece como um dos elementos norteadores da educação que tem: por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, art. 2º). Nota-se, então, a educação como ferramenta de instrumentalização para o mundo do trabalho – já que o período em questão compreende os ideais de progresso em face do avanço do capitalismo, além do estímulo ao exercício da cidadania. Nesse trecho, há uma ideologia de duas vertentes: primeiro, não há garantia de que o acesso à escolarização assegure a cidadania plena; segundo que essa cidadania está diretamente relacionada aos espaços que serão ocupados pelos egressos do sistema escolar. Ou seja, acessar determinados direitos, espaços e mecanismos diz muito sobre o tipo de educação ofertada às distintas classes sociais.

Ainda compreendido nesse período, no âmbito da rede federal de educação, especificamente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) é publicado o Projeto Político Pedagógico (PPP) deste instituto de educação no ano de 2012 apresentando-se como “construção coletiva sendo resultado de um esforço democrático e participativo. Sob esse foco, a feitura do Documento espelha a mesma tônica – aberta e dialogal – que rege as práticas pedagógicas e administrativas institucionais”. (PPP, IFRN, 2012, p. 13).

O Projeto Político Pedagógico pode ser definido como:

O projeto político-pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. [...] Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 2001, p.13).

Esse documento é essencial para entendimento das relações estabelecidas no contexto da educação e o cenário macroeconômico em vigor.

No processo de entendimento das realidades trazidas pelo neoliberalismo para o âmbito educacional é preciso compreender a epistemologia da prática que, segundo Kuenzer (2017, p. 346) “contrapondo-se à concepção de práxis, desvincula a prática da teoria, que passa a supor-

se suficiente; a prática, tomada em seu sentido utilitário, contrapõe-se à teoria, que se faz desnecessária ou até nociva”. Nesse caso, a teoria passa a ser substituída pelo

senso comum, que é o sentido da prática, e a ela não se opõe. Em decorrência, justifica-se uma formação que parte do pressuposto que não há inadequação entre o conhecimento do senso comum e a prática, o que confere uma certa tranquilidade ao profissional, posto que nada o ameaça; o contrário ocorre com relação à teoria, cuja intromissão parece ser perturbadora”. (KUENZER, 2003, p. 9).

Dito de outra forma, na epistemologia da prática, o pensamento fundamenta-se no conhecimento da prática pela prática, ou seja, sem, necessariamente, reflexão sustentada teoricamente, sem mediação da teoria, construídos a partir de conhecimentos tácitos que vão sendo desenvolvidos pela experiência. (KUENZER, 2017).

Segundo Kuenzer (2017, p.349), no campo epistemológico do materialismo histórico, “a ação do aluno resulta de um movimento no pensamento, mas a partir da materialidade para apreendê-la, compreendê-la em suas múltiplas dimensões e inter-relações”.

Ainda segundo Kuenzer (2017, p. 349),

Vale ressaltar que na aprendizagem flexível, o professor assume papel secundário nas relações de aprendizagem; sua função principal fica deslocada para o grupo, que interage com seu apoio. No materialismo histórico, ele assume o papel de mediador, que organizará situações significativas de aprendizagem em que teoria e prática estejam articuladas, quer pelo tratamento de situações concretas mediante exemplos, casos, problemas, simulações, laboratórios, jogos, quer pela inserção do aprendiz na prática laboral, por intermédio de visitas, estágios ou práticas vivenciais.

Em síntese, no materialismo histórico, situam-se no campo da práxis; na aprendizagem flexível, no campo do pragmatismo decorrente do ceticismo epistemológico.

3 Percorso Metodológico

Os pontos de resistência à precarização do ensino médio integrado no Projeto Político Pedagógico do IFRN publicado no ano de 2012 podem ser encontrados a partir de uma pesquisa delineada quanto à abordagem, aos objetivos, aos procedimentos, coleta e a forma de tratamento dos dados. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental. A análise se deu através de um levantamento documental, “buscando selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, de modo a introduzir-lhe algum valor, a fim de contribuir com a comunidade científica” (Beuren, 2008, p.89).

Para esse fim, foi realizado uma análise do Plano Político Pedagógico (PPP-2012) do IFRN de Março de 2012 disponível em <https://portal.ifrn.edu.br/ifrn/institucional/projeto->

[politico-pedagogico-1/lateral/menu-1/volume-1-documento-base](#), onde algumas categorias foram analisadas para cumprir os objetivos desse trabalho.

No que diz respeito à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa, isto é, ela não “emprega um instrumento estatístico como base do processo de análise do problema, isto é, não se pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas” (BEUREN, 2008, p.92). Diante disso, neste estudo foi realizada uma qualitativa com análise documental no PPP-2012 do IFRN.

Para a fase da execução da pesquisa foram realizadas a coleta e o tratamento dos dados. Na coleta de dados, de acordo com Lakatos (2003, p. 164), “são vários os procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação, dentre eles estão as técnicas de coleta documental, análise de conteúdo, entre outras”. E na análise como dito anteriormente, procedeu-se com uma análise documental.

4 Projeto Político Pedagógico do IFRN e o Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio: Uma trincheira construída que sinalizava contra a então debatida reforma do Ensino Médio

A educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio regular do IFRN (PPP 2012, p. 101) vai ao encontro da politecnicidade, da formação omnilateral, da interdisciplinaridade e da contextualização, tendo a matriz composta pelos núcleos fundamental⁷, núcleo estruturante⁸, núcleo articulador⁹ e núcleo tecnológico¹⁰, com articulação entre esses eixos. O currículo é desenvolvido em séries de quatro anos, apresenta uma distribuição entrecruzada das disciplinas do ensino médio e da formação técnica e as disciplinas da formação técnica devem estar presentes da primeira à última série do curso.

Os cursos objetivam formar cidadãos capacitados para atuar como profissionais técnicos de nível médio, a partir de uma sólida educação básica em articulação com o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia. Esses cursos têm como principal ideário

⁷ Núcleo fundamental organiza-se a partir de revisão (na esfera do ensino fundamental) de conhecimentos das áreas de Língua Portuguesa e de Matemática.

⁸ Núcleo estruturante corresponde ao conjunto de conhecimentos do ensino médio relacionados às áreas de Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática. Desse modo, são contemplados conteúdos de base científica e cultural indispensáveis à formação humana integral e à educação politécnica.

⁹ O núcleo articulador corresponde ao conjunto de conhecimentos tanto do ensino médio quanto da educação profissional. Contempla conteúdos em estreita articulação com o curso e com os

¹⁰ O núcleo tecnológico corresponde ao conjunto de conhecimentos da formação técnica específica, de acordo com o eixo tecnológico e a atuação profissional. É composto por bases científicas e tecnológicas, como inventos e soluções tecnológicas, controles e processos tecnológicos, gestão de bens e de serviços e suportes tecnológicos de uso geral.

uma formação cidadã que viabilize a construção da autonomia e a superação da dualidade histórica entre os que são formados para o trabalho manual e os que são formados para o trabalho intelectual – a histórica separação entre o pensar e o fazer, característica sedimentadora do modelo capitalista (IFRN, 2012, p. 103).

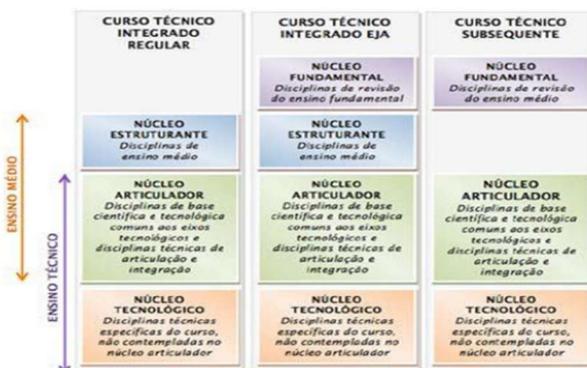


Figura 4 – Representação gráfica da organização curricular dos cursos técnicos de nível médio em núcleos politécnicos (IFRN, 2012).

Percebe-se uma forte oposição à LDB de 1996 e às pressões do mercado, que tem como bandeira a educação voltada para as suas necessidades e a educação apenas para o trabalho e necessidade pontuais das empresas, que flexibiliza ao máximo o currículo para se voltar ao máximo a produção de mercadorias e acumulação do capital, no mundo cuja hegemonia neoliberal se consolidou nas últimas três décadas e permeou as instituições, reformando as relações de trabalho, previdência, educação, dentre outras esferas, na direção da flexibilização e orientados pela demanda, num mundo que exige do trabalhador e do educando capacidades socioemocionais para se adaptar à necessidade de desempenhar várias tarefas ao longo da cadeia produtiva, sem reflexão das relações que se estabelecem entre ele e o mundo do trabalho e buscando sempre por resultados.

Mesmo após a publicação da Medida Provisória (MP) n.º 746, de 2016 e Lei n.º 13.415, em 2017, que, dentre outras reformas neoliberais agressivas após o golpe jurídico midiático com o Governo Dilma, proporcionou a flexibilização e aligeiramento dos currículos escolares no ensino médio e médio profissional, percebe-se que não há nenhum documento oficial do IFRN, de 2016 a 2022, no movimento em direção a essas novas diretrizes curriculares (Brasil, 2023), prevalecendo as diretrizes do PPP.

Essa lei determina além de admitir diferentes percursos formativos, determina uma carga horária para a Base Curricular Comum de, no máximo, 1.800 horas, deixando a cargo dos sistemas de ensino escolher qual carga horária vai utilizar para essa formação. O ensino técnico pode ser realizado em parcerias com instituições públicas ou privadas sem articulação com a base comum e centrada na prática a partir dela mesmo. Conforme Kuenzer (2017), a:



epistemologia da prática, essa formação se dá a partir da aprendizagem flexível, com baixa densidade teórica, centrada apenas na reflexão da prática a partir da prática, reforçando o aligeiramento e a fragmentação, como evidencia a expansão dos cursos de formação docente na modalidade a distância, a expressiva maioria de qualidade discutível.

A matriz curricular do IFRN contempla o mínimo de 2.400 horas destinadas ao ensino médio, 800, 1.000 ou 1.200 horas destinadas ao ensino técnico, e acrescenta-se 400 horas de prática profissional, que se organiza e ancora-se tanto nos princípios da unidade entre teoria e prática, da interdisciplinaridade e da contextualização quanto na gestão de processos de produção específicos da área técnica (PPP 2012), permitindo assim a articulação entre ciência, trabalho, cultura e tecnologia quanto a aplicação de conhecimentos teórico-práticos peculiares ao eixo tecnológico e à habilitação específica (PPP 2012).

Percebe-se que o currículo dessa fase da educação, que é o ensino técnico integrado regular, que atende os jovens no último estágio do ensino básico, no IFRN, é uma frente de resistência efetiva, quando olhamos esse documento, às transformações causadas pela Lei 13.415/2017, que o levam a fragmentação, isolamento das disciplinas, ensino da prática pela prática, aligeiramento do Base Curricular Comum, que leva a segundo plano as disciplinas de humanas. O campo que se apresenta na matriz curricular do IFRN, nessa fase do ensino, é de igualdade de importância das disciplinas, independentemente do eixo e da área do conhecimento, indo de encontro às concepções neoliberais do ensino, que valoriza demasiadamente o saber fazer, sem a reflexão que a relação entre teoria e prática e as suas relações poderiam trazer ao aprendizado.

Os princípios orientadores da prática pedagógica do IFRN estrutura essa resistência e trazem a reflexão de uma educação emancipatória dos sujeitos, com a pesquisa como princípio pedagógico e trabalho como princípio educativo.

A pesquisa como princípio educativo proporciona uma interação entre discentes e docentes que repercute no processo educativo e formativo do sujeito, uma vez que é uma atividade fundamental para a discussão e o diálogo em sala de aula. Deve articular a integração entre o ensino e a extensão, constituindo-se numa prática de fomento à iniciação científica. É por meio da pesquisa que o professor pode desenvolver uma ação pedagógica diferenciada, aplicando o princípio da ação-reflexão-ação e relacionando a teoria e a prática de forma dialógica, contextualizada, interdisciplinar e flexível (PPP, 2012, p. 63)

O professor tem uma papel relevante nesse contexto, como orientador, proporcionando ao aluno o desenvolvimento crítico, a interpretação do mundo dentro da perspectiva de apreendê-lo e transformá-lo, ao contrário da perspectiva da educação defendida no neoliberalismo, que tem o foco no desenvolvimento de competências para aprender durante a

vida, pois o indivíduo terá que se “adaptar” a acumulação flexível e da necessidade de desenvolver múltiplas tarefas em ambientes diversos, resultado da flexibilização do trabalho, que leva o trabalhador a desempenhar várias atividades para os seus contratantes, sem um vínculo de trabalho que o traga segurança e conduzido pela demanda. O PPP (2012) vai de encontro:

Defender a hipótese de que o trabalho se institui como princípio educativo no contexto de formação profissional do cidadão é acreditar na dupla dimensão da educação (de adaptação e de emancipação), condicionando-a a uma prática pedagógica que comporte – como um dos fundamentos do currículo – a integração entre ciência, cultura, tecnologia e trabalho.

Ao contrário da flexibilização da formação trazida pela lei da recente reforma do ensino médio, o documento pesquisado tem como primeiro princípio orientador da formação dos professores:

a necessidade da formação intelectual dos professores por meio de uma educação superior de qualidade (contemplando, dentre outros requisitos, duração da formação em cerca de cinco anos e inserção de práticas de pesquisa em ciências da educação). Trata-se, portanto, da condição propiciadora de um repertório de conhecimentos específicos para o ensino. Esse primeiro princípio exige, concretamente, que sejam desenvolvidos, nas universidades, nas faculdades ou nos institutos de formação, programas de pesquisa eficazes que possibilitem oferecer, aos professores em formação, conhecimentos para aperfeiçoar a fundamentação teórica e prática (PPP, 2012, p. 132).

Esse é um ponto de resistência importantíssimo a educação do regime de acumulação flexível, comum a hegemonia neoliberal e em processo acelerado de consolidação, que tem não exige do professor uma formação sólida, consolidada academicamente, mas admite a formação pela experiência, pelo notório saber em áreas afins, fragilizando essa atividade profissional e a prática da pesquisa com relação entre a teoria e a prática.

A oferta mínima de cursos técnicos integrados regulares é de, no mínimo, 50% das ofertas do IFRN, priorizando essa fase tão importante na educação dos jovens, mas encontramos no PPP (2012) a oferta do ensino técnico subsequente ao ensino médio e política de certificação profissional que prioriza a formação profissional para o mercado de trabalho, indo de encontro a formação integral do ser humano e atendendo os anseios imediatos dos empregadores, não sendo o nosso foco da pesquisa.

Em relação a política de educação inclusiva, o IFRN tem uma visão abrangente, não só ao atendimento de pessoas com deficiências ou com necessidades específicas, mas

transbordando suas ações para assegurar educação de qualidade a todos os cidadãos, indistintamente (PPP, 2012, p. 178):

pessoas com deficiência; pessoas das diversas classes sociais e das diferentes etnias; pessoas de formações culturais distintas, de gêneros e de orientações sexuais diversos. Incluem-se, nesse rol, os povos indígenas; os afrodescendentes; os camponeses; os quilombolas; as pessoas das grandes e das pequenas cidades, dos distritos e das vilas.

É a extensão dos direitos do cidadão preconizados pela Constituição de 1988, sem exclusão, sem segregação, enxergando em cada indivíduo suas potencialidades, sua diversidade humana, e proporcionando as condições necessárias para o seu desenvolvimento. Por isso, também, é tão importante e atuante a política de assistência estudantil, para proporcionar o acesso, permanência e êxito desses estudantes, que encontramos nesse documento norteador dessa instituição federal de ensino, proporcionando igualdade, independentemente da sua origem, seja um filho do trabalhador mais qualificado, trabalhador informal ou desempregado. É um outro olhar em oposição a preconizada meritocracia pela égide da cartilha neoliberal, que valoriza o sucesso dos privilegiados por esse sistema que aprofunda as desigualdades sociais pelo mundo.

5 Novas Trincheiras precisam ser erguidas: Considerações

Percebemos no PPP (2012) pesquisado o compromisso com a politecnicidade, com a inclusão, com a transformação de vida dos filhos da classe trabalhadora, com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dentro de uma proposta da educação humana integral. No seu desenvolvimento descobrimos os entrelaçamentos de várias políticas em direção ao acesso, permanência e êxito dos educandos, com oferecimento de condições que superem dificuldades econômicas, físicas e mentais para o sucesso escolar.

Ao analisar as ações voltadas para o ensino médio integrado ao profissional é notório o desenrolar do compromisso com a ciência, tecnologia, trabalho e cultura, sem supervalorizar nenhuma delas, que são tratadas com a mesma importância e fomentadas a sua associação e sua integralidade na formação do aluno. Cria um ambiente de curiosidade, de investigação, de ação, para que as disciplinas técnicas não sejam um fim em si mesmas.

Em relação às exigências formativas dos professores, esse documento reforça a necessidade de uma formação sólida desses profissionais nas suas áreas de atuação, com verticalização dos estudos e aprimoramentos que consolidem a docência de qualidade e compromisso com a educação dos seus estudantes.

O IFRN, pelo menos, nessa fase do ensino, que foi objeto desse estudo, foi resistente à influência e invasão de institutos privados ou empresas envolvidas na educação na formulação de suas políticas e projetos de curso. Também, após buscas de resoluções e outros documentos internos, não descobriu-se de 2012 a 2022 (IFRN, 2023), nenhum movimento em direção às mudanças preconizadas pela Lei nº 13.415/2017, com seus itinerários fragmentados, aligeiramento da Base Nacional Comum e precarização da carreira docente.

O cenário é de constante desafio, num intenso estado de guerra, para manter os princípios do currículo integrado do IFRN nos últimos anos, principalmente com as mudanças estruturais aprovadas, que levaram a flexibilização das relações do trabalho, do ensino e passos largos em direção a privatização da previdência, sem reação substancial da sociedade, que vai naturalizando o status quo da hegemonia neoliberal. O cenário é de franco movimento e expansão dessa hegemonia, o que exige das instituições progressistas forte engajamento, planejamento, compromisso e ações concretas, e as escolas podem ser uma importante frente de resistência contra hegemônica na formação de jovens que possam sonhar com um futuro mais justo, solidário e com oportunidades iguais para todos.

Há importantes passos a serem continuados após essa pesquisa, com proposições que vão ao encontro de investigações de documentos e discursos construídos nas reuniões e fóruns que aconteceram de 2016 a 2022, nos colegiados do IFRN, para descobrir possíveis movimentos, tensões e contradições na busca pela consolidação e/ou resistências aos currículos integrados do Projeto Político Pedagógico do IFRN.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 03 janeiro 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Instituto Federal do Rio Grande do Norte**. 2023. Assessoria de Comunicação Social e Eventos. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/>. Acesso em: 03 fev. 2023.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FONSECA, Adriano Dantas da. **Jornalismo e eleições 2006: uma análise sobre o posicionamento político da Revista Veja**. Natal, RN, 2007. 86 f.

FONSECA, Francisco. A grande imprensa e a constituição da agenda ultraliberal na “Nova República”. **Estudos Históricos, Mídia**, CPDOC/FGV, n. 31, p. 1-25, jan. 2003. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/342.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf Acesso em: 26 jan. 2022.

IFRN. Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva. Natal: Editora IFRN, 2012.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Competência como Práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores**. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, jan./ abr. 2003.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr.-jun., 2017.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Princípios da Pedagogia do Trabalho com Acácia Kuenzer**. Semana Pedagógica IFRO. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3GxMpsUdPr4>. Acesso em: 02 fev. 2023.

KRAWCZYK, Nora et al. Quando tudo começa ou (re)começa: pegadas a caminho da reforma do Ensino Médio. In: KRAWCZYK, Nora; ZAN, Dirce (Orgs.). **A reforma do ensino médio em São Paulo: a continuidade do projeto neoliberal**. Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2022, [e-book], p. 11-45.

VEIGA, I. P. A; RESENDE, L. M. G. (orgs) **Dimensões do projeto políticopedagógico: novos desafios para a escola**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2001.

VITULLO, G. E. Ascensão, auge e decadência do neoliberalismo na América Latina. **CADERNOS PET: ARTIGOS ACADÊMICOS**, v. 5, p. 31-48, 2011.